

Planejamento urbano e vivências do cotidiano: aproximações, possibilidades e desafios.

Letícia Maria Resende Epaminondas
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal de Minas Gerais –UFMG
(leticiamariare@gmail.com)

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a capacidade de políticas de planejamento urbano em contribuir para o desenvolvimento urbano, entendido como avanços socioambientais, a partir da inserção dos cidadãos em sua implementação. Para tanto, serão percorridos caminhos teóricos afetos à produção do espaço e às percepções de vivências cotidianas. E, a partir dessa abordagem, serão apresentadas questões relacionadas às possibilidades de participação autônoma nos processos de planejamento urbano.

Palavras-chave: planejamento urbano, vida cotidiana, produção do espaço, participação.

Abstract: This paper aims to reflect on the capacity of urban planning policies to contribute to urban development, understood as socio-environmental advances, based on the insertion of city dwellers in their implementation. Therefore, theoretical paths related to the production of space and perceptions of everyday experiences will be followed. And, from this approach to present issues related to the possibilities of autonomous participation in the processes of urban planning.

Key words: urban planning, everyday life, production of space, participation.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o planejamento urbano brasileiro é caracterizado pela possibilidade de adoção, articulada ou não, de vários instrumentos. Tais instrumentos foram organizados e instituídos, de modo geral, pela Lei 10.257 de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade (EC)¹. Cumpre notar que, por serem instrumentos de aplicação municipal, eles refletem a abordagem adotada por aqueles responsáveis por sua implementação. E, nesse sentido, pode-se destacar duas linhas de atuação. É prudente ressaltar, contudo, que essas abordagens nem sempre são excludentes, muitas vezes ocorre a adoção mesclada em que se pode identificar, de acordo com a forma da implementação e dos resultados obtidos, ora a preponderância de uma, ora de outra

Uma delas é fundada na noção do empresariamento urbano. A cidade é, então, considerada uma empresa e, como tal, deve apresentar atributos de competitividade e produtividade. Nesse enfoque, o desenvolvimento urbano é visto como o resultado de uma estratégia que visa a inserção privilegiada da cidade-empresa no campo de forças formado

¹ Alguns instrumentos previstos no EC já eram aplicados em vários municípios brasileiros, pois foram influenciados por um importante processo histórico de discussão da questão urbana cujos resultados podem ser identificados no capítulo da Política Urbana da Constituição Federal de 1988 (artigos 182 e 183) e na própria Lei 10.257/01.

pela reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo. Essa abordagem não apenas despolitiza a questão urbana (pois gera uma naturalização dos conflitos e contradições que ocorrem na produção do espaço) como também enfatiza a criação de pseudo consensos, em que prepondera a criação de uma imagem de cidade eficiente, competitiva, conectada às redes internacionais de negócios e de investimentos.

O segundo enfoque toma o princípio da função social da propriedade urbana como um importante fator de transformação social, especialmente quando inserido numa sociedade como a brasileira, marcada por relações sociais assimétricas e pela produção de espaços desiguais e excludentes. Interessa-nos, portanto, o planejamento urbano baseado em tal conceito, na medida que considera o desenvolvimento urbano sob o prisma da justiça socioambiental e que direciona práticas democráticas de gestão urbana.

Um dos caminhos para investigar a inserção do planejamento urbano nos processos socioespaciais pode se dar através das contribuições teóricas de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço. Esse ponto de partida é fundado no reconhecimento da importância de sua obra para a análise desses processos, especialmente por salientar a natureza múltipla e dialética do espaço, enfatizando a necessidade de se pensar a espacialidade de uma forma abrangente, evitando abordagens fragmentadas e limitadoras, tratando o espaço não somente como um produto, mas também como um dos fatores determinantes das relações sociais de produção.

Segundo Lefebvre, os usuários do espaço podem assumir um importante papel de transformação socioespacial por meio de práticas cotidianas que reforcem as contradições existentes nas relações entre necessidades e desejos; qualidade e quantidade; consumo produtivo e não produtivo do espaço; valor de uso e valor de troca (LEFEBVRE, 1991, p. 352-400).

Assim sendo, reconhecendo a pertinência de se refletir sobre os usuários do espaço e suas vivências cotidianas, será feita uma aproximação a partir das discussões efetuadas por Georg Simmel (1973), Milton Santos (1996), Dorren Massey (2000) e Ricardo Sanin-Restrepo (2018). A escolha dos textos visou a percorrer, temporalmente, as abordagens afetas à possibilidade dos atores de se inserirem de forma transformadora nas práticas socioespaciais. Não se pretende, com isso, criar uma linha histórica, mas verificar de que maneira essa inserção foi percebida por alguns autores em momentos distintos. E, a partir desse painel, levantarmos algumas questões de como o planejamento urbano, ao se articular com os usuários do espaço, pode exercer, ele também, um papel transformador.

A produção do espaço: aproximações teóricas segundo Henri Lefebvre.

A economia política tradicional se aproxima teoricamente do espaço a partir da análise de três domínios: produção, consumo e troca. Ele seria, então, o receptáculo das relações construídas nesses domínios e, na medida em que se apresenta como epifenômeno das mesmas, não existiria a necessidade de uma teoria que tratasse especialmente a produção do espaço. Entretanto, para Lefebvre, o espaço deveria ser abordado de uma forma mais específica, pois haveria um quarto domínio a ser considerado: a produção de riqueza a partir do *design* espacial. Deste modo, o espaço passa a incorporar o conflito inerente ao processo produtivo.

No intuito de elaborar uma teoria do espaço e avançar na compreensão do mesmo enquanto produto social, Lefebvre (1991) decodifica-o em três conceitos que se interpenetram num constante processo de transformação: prática espacial, representações do espaço e espaço de representações. A prática espacial existe a partir do espaço *percebido*, construído pelo cotidiano, pelos fluxos (rotas, redes, trocas) e pelos fixos (os elementos dotados de materialidade, as características físicas do ambiente), permeado pelas convenções e práticas sociais que garantem a coesão necessária à produção e à reprodução social. Por seu turno, as representações do espaço referem-se ao espaço *concebido*, conceituado (verbalizado) pelos especialistas (cientistas, planejadores, urbanistas), imersas em conhecimento e em relações de poder. Já o espaço das representações é, por sua vez, aquele difícil de ser verbalizado, construído pelo espaço *vivido* através dos símbolos e imagens, é o espaço que a imaginação tenta se apropriar e modificar.

Prosseguindo em sua elaboração, o autor identifica a necessidade de compreender as forças que atuam sobre o espaço e que são definidas como campos: o campo físico (natural), o campo mental (abstrato, lógico e racional), e, finalmente, o campo social que não apenas se distinguiria dos dois primeiros como também os transcenderia. Tais campos poderiam ser interpretados como: campo físico – o mundo em sua materialidade original, *natureza primordial*; campo mental – abstrações, as ideias do homem sobre o mundo e sobre o próprio homem, a construção não apenas de um olhar sobre a natureza, mas a incorporação de novas qualidades ao *natural* e ao homem; campo social – ações do homem sobre o mundo a partir das ideias, gerando novos conceitos (novas abstrações), modificando o homem (sociedade) e o próprio mundo (campo físico). A ação desses campos ocorre, portanto, em um contínuo processo de mutação, explicitando a qualidade dialética do espaço e demandando uma teoria de caráter unitário que faria a união de tais campos:

Que termo poderia ser utilizado para descrever a divisão que mantém os vários tipos de espaço separados entre si, de tal forma que espaço físico, espaço mental e espaço social não coincidam? [...] De fato, o termo usado é bem menos importante que a distância que separa espaço 'ideal', que tem a ver com categorias mentais (lógico-matemáticas), do espaço 'real', que é o espaço da prática social. Na realidade, cada um destes dois tipos de espaço envolve, confunde-se e pressupõe o outro. (LEFEBVRE, 1991, p.14). [tradução da autora]

Seguindo uma linha histórica, Lefebvre conceitua diferentes espaços que interagem entre si. Inicialmente, apresenta o espaço absoluto cuja origem nos remete à antiguidade e que incorpora – por mediação simbólica - fragmentos da natureza. Tal mediação preenche de significado místico e político a natureza, primordialmente sem conotação, “confiscada” pelo espaço absoluto. Este espaço permanece não apenas como base do processo histórico de transformação das cidades, mas - como está fundado em relações simbólicas, mágicas e políticas - influencia decisivamente a construção dos espaços de representação.

Sobreposto ao espaço absoluto, surge o espaço abstrato que emerge concomitante ao novo modo de produção capitalista, exteriorizando suas práticas econômicas e políticas e, ainda, incorporando antigas contradições históricas que permeavam o espaço anterior. Este espaço torna-se abstrato da mesma forma que o trabalho - ao se descolar do processo de reprodução responsável pela manutenção da vida social - torna-se uma abstração. O espaço abstrato pressupõe homogeneidade e hierarquia e, fundado no valor de troca, traz consigo não apenas os novos conflitos inerentes ao modo capitalista de produção, mas implica, igualmente, a existência de contratos e acordos (não necessariamente explícitos) que regulam as relações sociais que se dão *no* e *pelo* espaço: “Espaço abstrato, o espaço da burguesia e do capitalismo, ligado como está à troca (de bens e de mercadorias, assim como de palavras escritas e faladas, etc) depende de consenso mais do que qualquer outro espaço anterior a ele.” (LEFEBVRE, 1991, p.57) [tradução da autora]

O espaço abstrato segue a lógica da eficiência e da funcionalidade, entretanto, como também apresenta novas e antigas contradições, acaba por gerar, dentro de si, um novo espaço, o espaço diferencial:

Eu chamarei esse novo espaço diferencial, porque, tendo em vista que espaço abstrato tende à homogeneidade, à eliminação das diferenças ou peculiaridades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser

produzido) a não ser que ele acentue diferenças. Ele irá também restituir integridade àquilo que espaço abstrato dissolveu – funções, elementos e momentos da prática social. (LEFEBVRE, 1991, p. 52). [tradução da autora]

A existência de conflitos é, portanto, inerente ao espaço abstrato e ao sistema capitalista. E são dessas contradições que emergem novas relações sociais e práticas espaciais que possibilitam a ocorrência do espaço diferencial. A subversão do espaço abstrato por esse movimento de singularização gerado pelo espaço diferencial, denominado por Lefebvre de “explosão de espaços”, acarreta a possibilidade de se resgatar um outro espaço, o espaço social. Esse é um espaço potencialmente transformador, na medida em que prioriza o valor de uso e que é fundado em práticas cotidianas de apropriação. Os usuários do espaço assumem, deste modo, um papel central neste processo de transformação:

Em contraste com outros marxistas, [...] Lefebvre entende a problemática concernente aos usuários do espaço com alguma articulação complexa entre forças econômicas, políticas e culturais, mais do que como algo que emerge unicamente do domínio político. Os usuários do espaço de Lefebvre, portanto, são usuários da vida cotidiana. A partir dessa perspectiva, está claro que todos somos candidatos potenciais à luta socioespacial. (GOTTIENER, 1997, p.157).

O espaço é um valor de uso, mas ainda assim é tempo ao qual ele está, em última análise, vinculado, porque tempo é a nossa vida, nosso valor de uso fundamental. LEFEBVRE *apud* GOTTDIENER (1997, p. 132).

Nesse ponto, reconhecendo a importância da vida cotidiana nos processos socioespaciais, bem como das interpenetrações entre o campo mental, o espaço diferencial e o espaço das representações, torna-se pertinente percorrer algumas discussões efetuadas por outros autores afetas à inserção dos usuários do espaço na vivência da espacialidade.

Vivências socioespaciais: inserções e possibilidades.

Nos anos 1900s, o processo ocidental de urbanização seguia sua marcha inexorável, a vida urbana se definia em oposição ao cotidiano rural e, nesse contexto, Simmel (1973)² produziu uma importante reflexão sobre a vida mental na metrópole.

² Texto originalmente publicado em 1902.

Segundo o autor, ao se inserir num modo de produção hiper especializado, o homem se distancia das bases tradicionais da vida das pequenas cidades (fundada na aquisição lenta e contínua de hábitos que se constroem nos níveis mais inconscientes do psiquismo) e passa a participar de relações de trocas que são múltiplas, simultâneas e despersonalizadas (baseadas em monetização, previsibilidade e eficiência) e que demandam uma sofisticação da vida psíquica que é, por sua vez, da instância do intelecto. Esse emaranhado de relações induz um excesso de estímulos que acaba por gerar, no indivíduo, uma saturação, uma dessensibilização configurando uma atitude denominada de *blasé*. Tal atitude acaba por garantir ao indivíduo duas condições: a sua inserção nas relações monetizadas num contexto ampliado e, no âmbito pessoal, a possibilidade de desenvolver autonomia e individualidade.

Se no início do século XX, observando o processo de urbanização, Simmel argumentava que a intelectualidade poderia atuar na preservação da vida subjetiva, no final desse século, Santos (1996), considerando o processo de globalização, adotou uma outra abordagem. Este autor salienta que o homem contemporâneo vive uma nova inserção no mundo em que a identidade se forma a partir da relação com o que lhe é diferente. Assim, argumenta a necessidade de se investigar novos significados para o local e a vida cotidiana³.

Como forma de se aproximar das práticas cotidianas, o autor distingue a interação mediada pela técnica e por racionalidades daquela mediada pelos símbolos e pela ação comunicacional que pressupõe uma construção coletiva (por meio de códigos comuns e de interação social). Por esse caminho, pensar em espaço é pensar em compartilhamento que, por seu turno, implica distintas formas de apropriação - função dos diferentes graus das forças individuais. Lugar do encontro, as cidades materializam a entropia característica de tais intercâmbios já que a utilização conjunta do território impõe a interdependência como *práxis*.

Assim, a cidade, ao mesmo tempo única e global, apresenta-se como o território do cotidiano, dos conflitos e da cooperação, onde há múltiplos vetores, desde os hegemônicos até aqueles que os contestam e, como há lugar para todos, há também lugar para os mais *fracos*⁴. Apesar de, num primeiro momento, ser possível a ocorrência de estranhamento, à medida em que as pessoas moram e trabalham no ambiente urbano há a

³ Santos salienta que a relação do homem contemporâneo com o mundo se deslocou do eixo local-local para o eixo local-global e que os lugares são a intermediação entre o indivíduo e o mundo, daí a necessidade de se incorporar o cotidiano na reflexão sobre as práticas socioespaciais.

⁴ Optamos por manter o termo como adotado pelo autor, a fim de respeitar a escolha de Santos e reforçar a percepção das inserções assimétricas nas relações socioespaciais.

construção de uma nova territorialidade, de uma nova cultura, configurando um processo mental de síntese que pressupõe integração e entendimento.

Como os eventos são inúmeros e simultâneos, a ação consciente do homem passa a depender mais da descoberta do que da experiência. E, sob esse aspecto, quanto menos inserido, mais próximo da descoberta. Portanto, vantagem para os mais pobres, os imigrantes e as minorias, pois lhes será mais fácil a construção de novos saberes. Por estarem à margem do consumo, os mais *fracos* poderiam constituir um novo diálogo com coisas e pessoas. Assim, o consumo imaginado e não atendido geraria uma nova consciência, a partir do atrito dialético entre culturas de massa e popular.

A forma atual do espaço supõe, portanto, informação para seu uso (intencionalidade de sua produção) pois, na medida que utilizamos os objetos para nossas ações, produzimos informações. Seguindo essa linha, entender o conteúdo espacial do cotidiano enriqueceria a compreensão da relação entre espaço e movimentos sociais, pois a materialidade do espaço (materialização da relação entre homens, sempre mudando de formas) é ao mesmo tempo limite e convite à ação. E é justamente a presença dos *fracos* que aumenta e enriquece a diversidade socioespacial multiplicando as possibilidades de mudança e de sistemas de solidariedade.

Massey (2000), por sua vez, argumenta que o significado a ser dado ao local não pode ocorrer de forma centrípeta. Isso devido à complexidade da vida contemporânea, à multiplicidade de informações e experiências às quais estão expostos os indivíduos urbanos. Este significado deve ser construído a partir do reconhecimento das relações com o que lhe é externo, pois apesar dos lugares poderem apresentar características singularizantes, cada indivíduo ou grupo que neles vive constrói distintas formas de se relacionar com esses espaços. E essas diversas formas de apreensão e de vivência engendram múltiplas identidades, que se constituem numa rica fonte de experiências, dando ao local uma nova dimensão, um novo sentido - pois os lugares não são nem estáticos, nem homogêneos. Os lugares tornam-se ao mesmo tempo particulares e globais, conectados a distintas lógicas econômicas e políticas, como se estivessem imersos num imenso campo de vetores que se entrecruzam - ora se anulando, ora se reforçando, num movimento contínuo de oposição, contradição e unidade.

Consideradas, portanto, a complexidade da vida cotidiana e a possibilidade de ação dos usuários do lugar, retornamos a questão levantada por Santos que enxerga nos mais *fracos* a possibilidade de construção de novas práticas e apropriações. Sob esse enfoque, SANIN-RESTREPO (2017) indica o desafio da *desencriptação* do poder como

inevitável para o avanço das transformações sociais. Segundo este autor, na sociedade capitalista, o exercício do poder é estratificado em sistemas de identidades que são construídos por meio de modelos transcendentais. Sendo assim, o poder está distribuído conforme a aderência a esses modelos, que por sua vez, são de tal modo mutantes e “naturalizados” que chegam a ficar “invisíveis”, tornando refém desse sistema toda a possibilidade de inserção na arena de disputa.⁵

Somente temos acesso ao mundo na medida em que temos acesso à política. Não se consegue dar uma resposta à política se a possibilidade da linguagem permanecer "criptografada" e o seu lugar de enunciação fortemente reservado a sujeitos qualificados. A conclusão é simples: o mundo só pode existir através da política e a única viabilidade da política é a democracia como a ordem da diferença imanente. A criptografia é, portanto, a impossibilidade da política pela impossibilidade da linguagem. Quando a política e a linguagem são dissociadas e o exercício do poder se agarra às qualificações para a criação e uso da linguagem, podemos afirmar que o poder é criptografado e, portanto, o mundo como tal é um simulacro. A criptografia opera onde quer que haja exclusão da política, e o poder está embutido como um conceito transcendental. (SANIN-RESTREPO, 2017) [tradução da autora]

Criptografia aparece na proibição imposta a muitos para nomear e entender o mundo em seus próprios termos, através de sua própria produção de diferenças. Assim, o poder é fabricado como uma qualificação permanente das capacidades de nomear a linguagem e a política se mantém como o guardião inflexível das hierarquias. (SANIN-RESTREPO, 2017) [tradução da autora]

Assim sendo, as diferenças, que são a base para o embate político, deixam de ser identificadas pela relação entre os seres mas entre estes e os modelos. E essa referência dificulta a possibilidade de diálogo pois apenas aqueles que dominam os códigos criptografados do poder são reconhecidos como atores. As formulações, linguagens e vivências alheias aos modelos passam a ser também invisíveis e destituídas do exercício da política. A lógica do poder criptografado está, portanto, sempre lidando com processos de invisibilização: naturalizando as estruturas e modelos de controle e, ao mesmo tempo, consolidando a exclusão daqueles que já lhe são externos.

⁵ Sob o enfoque socioespacial, vale ressaltar a reflexão de Pierre Bourdieu (1998). Segundo o autor, a dimensão física do espaço pode ser vista como uma tradução da dimensão social deste mesmo espaço. Assim sendo, uma sociedade desigual e hierarquizada engendrará um espaço igualmente desigual e hierarquizado e, na medida que esta estrutura social toma materialidade e permanência na vida cotidiana, ela acaba por ser “naturalizada”. Essa naturalização não apenas contribui para a reprodução desse modelo de organização espacial como também dificulta a percepção clara dos agentes e dos interesses que concorreram para a produção de um determinado espaço num dado tempo.

Planejamento urbano e a produção do espaço

Segundo Lefebvre, além dos domínios da produção, consumo e troca, há a necessidade de se abordar o espaço de um modo mais específico, pois existe um quarto domínio a ser considerado: a produção de riqueza a partir do design espacial. Ou seja, a forma como o espaço é materialmente organizado e o modo como é utilizado e apreendido pela sociedade contribui para a produção, não apenas como meio (no sentido de meio de trabalho conforme entendido pela economia política), mas como efetiva força produtiva. “Isto quer dizer que ela [a cidade] não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção)” (LEFEBVRE, 2001, p. 57).

Deste modo, o espaço passa a incorporar o conflito inerente ao processo produtivo, pois “[...] tanto as relações de posse quanto as de exteriorização material – isto é, a produção de espaço – estão unidas nas relações de propriedade que formam a essência do modo capitalista de produção” (GOTTDIENER, 1997, p.129). O espaço possui, portanto, múltiplos aspectos: participa ativamente das relações de produção, apresenta-se como mercadoria e - já que é em parte por meio dele que a sociedade se reproduz - contribui para a manutenção das relações sociais de produção.

Assim sendo, Lefebvre aborda o Estado como uma estrutura para o exercício de poder que age, na maioria das vezes, em consonância com os interesses do capital:

O papel do Estado nesse processo é contraditório. De um lado, precisa intervir a fim de preservar as coerências do espaço social em face de sua destruição pelas transformações capitalistas dos valores de uso em valores de troca – isto é, de espaço social em espaço abstrato. De outro, suas intervenções são explicitadas pela relação de dominação. Por conseguinte, as intervenções do Estado não resgatam o espaço social; ao contrário, ele apenas ajuda a hegemonia do espaço abstrato, produzindo alguns de seus próprios espaços através do planejamento.[...] Para Lefebvre, o Estado está aliado não só contra a classe trabalhadora ou mesmo frações do capital, ele é inimigo da própria vida cotidiana – pois produz o espaço abstrato que nega o espaço social que suporta a vida cotidiana e a reprodução de suas relações sociais. (GOTTDIENER, 1997, p.148).

Neste ponto, reconhecendo que a análise de Lefebvre se refere a uma determinada conjuntura marcada pela prática de um planejamento urbano pretensamente

despolitizado, focado no aspecto físico-territorial⁶, surgem algumas questões que merecem ser analisadas: seria esta, então, a função inexorável do planejamento urbano, capturar e controlar as contradições das relações socioespaciais de modo a garantir a supremacia do espaço abstrato sobre o espaço social? O planejamento urbano, ao ter que lidar com os conflitos inerentes ao espaço abstrato (e que atuam na construção das novas relações socioespaciais fundadoras do espaço diferencial) não estaria, em alguns momentos, contribuindo para o resgate do espaço social?

Se o espaço tem uma relação simbiótica com a sociedade que lhe produz, esta condição é compartilhada pelo planejamento urbano. E se este é entendido como um instrumento para o desenvolvimento urbano, a sua potencialidade está diretamente ligada à sua capacidade de abarcar os múltiplos e simultâneos processos envolvidos na produção do espaço urbano. Deste modo, as contradições e os conflitos do espaço abstrato se apresentam para o planejamento urbano não apenas como variáveis inelutáveis, mas também como possibilidades para novas propostas e novas políticas urbanas.

Planejamento urbano e instâncias de participação: algumas reflexões

Como visto anteriormente, o planejamento urbano participa de um duplo movimento: da mesma forma que intervém para a manutenção das condições necessárias à produção e reprodução do capital, ele também deve garantir as condições de reprodução social. Considerando o atual momento, cabe destacar a acurada análise efetuada por Edésio Fernandes:

Refletindo sobre a trajetória do EC ao longo dos 20 anos, identifiquei uma série de deslocamentos que têm acontecido no campo do Direito Urbanístico e da política urbana:

- do ideário da *função social da propriedade* para o ideário da *liberdade econômica*;
- da agenda da *reforma urbana* e do *direito à cidade* para o movimento de *financeirização da cidade*;
- da busca de *regularização sustentável* de assentamentos informais consolidados para a mera *legalização formal* dos lotes;
- da proposta de reconhecimento dos *direitos coletivos* e da *posse* ao domínio dos *direitos individuais*;
- da busca de *gestão pública democrática* às estratégias de *privatização*;
- do fortalecimento do *Direito Público* ao reforço do *Direito Privado*;

⁶ Lefebvre faleceu em 1991 e *La production de l'espace* foi originalmente publicado em 1974. Sendo francês, acompanhou de perto os efeitos do planejamento urbano originado do urbanismo racionalista progressista que grande influência exerceu em seu país. Esta corrente de urbanistas pretendia estender às cidades a eficiência funcional do ambiente fabril. Defendendo o progresso industrial e a eficiência capitalista, preocupava-se mais com a representação de uma visão arquitetural da grande cidade moderna menos com a necessidade de se fazer uma análise aprofundada da realidade urbana.

e
- do regime das *Zeis* (Zonas Especiais de Interesse Social), que para muitos são a maior invenção do urbanismo brasileiro — ao *pós-Zeis*, com a pressão do mercado imobiliário pela abolição dos gravames. (FERNANDES, 2020, p.3) [destaques do original]

Admitindo a situação crítica identificada por Fernandes e focalizando na potencialidade dos instrumentos em contribuírem para avanços na justiça socioambiental, é importante destacar a articulação dos mesmos com instâncias de participação, entendidas como arenas em que é possível a explicitação de demandas e anseios dos cidadãos, bem como das assimetrias e conflitos. Em termos de políticas urbanas, Marcelo Lopes de Souza (2004, p. 386-389) salienta que há várias modalidades possíveis de participação, relacionadas aos seus diversos graus de representatividade e de autonomia, elencando três questões que podem atuar como obstáculo à abrangência de suas atuações:

- a problemática da implementação – que relaciona-se às dificuldades na implementação de políticas progressistas, especialmente participativas, enfrentadas pelas administrações. Estas dificuldades podem se apresentar na forma de deficiências técnicas e organizacionais, boicotes internos ou externos e implicam, muitas vezes, a necessidade de negociação política que pode vir a desvirtuar o que foi proposto inicialmente;
- a problemática da desigualdade – relacionada às dificuldades para a participação voluntária inerentes à condição de vida das populações envolvidas e que explicitam grandes contrastes tanto de recursos materiais quanto de recursos não quantificáveis como capacidade de articulação na comunicação, autoconfiança e desembaraço;
- a problemática da cooptação – trata-se de uma deformação da participação, que pode se tornar uma ferramenta de instrumentalização da sociedade civil pelas forças políticas no poder do Estado.

Souza identifica oito categorias referentes aos graus de participação que vão da pura e simples coerção dos indivíduos e grupos por parte do Estado à autogestão. As categorias que constituem uma autêntica participação são aquelas relacionadas à autogestão, delegação de poder e parceria. As categorias intermediárias referem-se a cooptação, consulta e informação, consideradas pelo autor exemplos de pseudoparticipação. Por fim, identifica a coerção e a manipulação, “que nada mais são que manifestações evidentes e sem retoques de heteronomia” (SOUZA, 2004, p.389).

Um dos fatores, portanto, que mais influenciam a efetividade das instâncias de participação, enquanto espaços de manifestação autônoma de cidadãos, relaciona-se à sua

própria definição - se são instâncias de caráter consultivo ou deliberativo. Considerando as ressalvas levantadas acima, em que pese as limitações referentes a operacionalidade, representatividade e, mesmo, legitimidade das instâncias de participação, elas são de inegável importância para o planejamento urbano, na medida que se apresentam como espaços ampliados de gestão das políticas urbanas e que contribuem para uma maior transparência das relações entre governo, anseios coletivos, interesses privados, interesses individuais. De modo semelhante, estas instâncias possibilitam a explicitação de conflitos e demandas que nem sempre a prática de planejamento urbano (fundamentada nas etapas de diagnóstico, proposição, implementação, monitoramento) consegue abarcar. Nas palavras de Souza:

Sob o ângulo autonomista, os instrumentos de planejamento urbano, por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem verdadeira importância ao terem sua operacionalização (regulamentação) e a sua implementação influenciadas e monitoradas pelos cidadãos. Caso contrário, corre-se o risco de atribuir aos instrumentos, em si mesmos, a responsabilidade de instaurarem maior justiça social, independentemente das relações de poder e de quem esteja decidindo, na prática, sobre os *fi*ns do planejamento e da gestão da cidade. [ênfase do original] (SOUZA, 2004, p.321).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano não se resume a um continente dos processos sociais, um resultado material das relações de produção e de reprodução ou a um epifenômeno da estrutura econômica. A posse ou controle do espaço implica uma determinada inserção no processo produtivo, acarretando poderes político e econômico específicos aos agentes sociais envolvidos. Ao mesmo tempo, a forma como o espaço se organiza contribui para a garantia da reprodução da própria sociedade. Desse modo, as relações socioespaciais devem ser analisadas de forma multifacetada: o espaço, ao fazer parte da vida das pessoas, incorpora significados e valores, auxilia na construção de identidades e de territórios, é utilizado tanto para a produção de riqueza quanto para o seu próprio consumo constituindo-se, ainda, para o Estado, num importante instrumento político de controle social. E o planejamento urbano, enquanto atividade inserida na prática estatal, apresenta um conflito basilar: como contribuir para a o desenvolvimento socioespacial se deve intervir, também, para a manutenção das condições necessárias à produção e reprodução do capital? Como escapar de seu estatuto de seara dos especialistas, ligado às

representações do espaço e ao espaço abstrato, contribuindo para a encriptação do poder? Como incorporar práticas e conceitos transformadores sem que estes percam sua potência de mudança radical?

Alguns caminhos podem ser vislumbrados: a possibilidade de atuar em diversos níveis de escalas e de adequar as propostas às especificidades locais; a adoção e utilização de instrumentos de modo a garantir o cumprimento da função social da propriedade; a divulgação e implementação de programas e políticas adaptadas ao contexto da proposição garantindo uma interlocução honesta e entendendo que o aprendizado é recíproco; propiciar e garantir a participação autônoma dos cidadãos nas diversas etapas envolvidas nas ações de planejamento urbano; e, não menos importante, o reconhecimento da necessidade dos envolvidos na prática do planejamento (notadamente técnicos e gestores) de estarem em constante autocrítica aceitando mudar os pontos de vista e de partida a fim de buscarem novas e efetivas abordagens que contribuam para o aumento da justiça social, a melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 159-166.

FERNANDES, Edésio. Estatuto da Cidade, 20 anos foi da euforia ao abandono. Entrevista concedida a Revista Consultor Jurídico. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2021-ago-07/entrevista-edesio-fernandes-professor-urbanista>> acesso em 09/08/2021.

GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. 2o ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. pp. 93-158.

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Oxford: Blackwell Publishers, 1991. pp. 1-67, 352-400.

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. São Paulo: Centauro, 2001. 145p.

MASSEY, Doreen. Um sentido Global de Lugar. In: ARANTES, Antônio A. (org.) O Espaço da Diferença. Campinas: Papirus Editora, 2000. pp. 176-185.

SANÍN-RESTREPO, Ricardo. The Razor's Edge of Politics: Notes on the Meaning of the Encryption of Power. Disponível em <<http://criticallegalthinking.com/2017/08/03/razors-edge-politics-notes-meaning-encryption-power>>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

SANTOS, M.. A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. pp 251-265.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: Velho, Otávio Guilherme (org.), O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. pp. 11- 25.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560 p.